

ECOLOGIA POLÍTICA E INDUSTRIALIZAÇÃO PERIFÉRICA: IMPLICAÇÕES NA PERIFERIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Leandro Dias de Oliveira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

ldiasufrj@gmail.com

Resumo: Além da progressiva adequação ao neoliberalismo econômico, uma importante mudança do novo modelo produtivo – que tem promovido mudanças nos estoques e no tempo das mercadorias, a flexibilidade do trabalho fabril e o espraiamento das indústrias para além dos centros metropolitanos – é a adoção da concepção de desenvolvimento sustentável, de forma seletiva e com resultados insuficientes. O objetivo deste artigo é debater a dimensão ambiental do processo de reestruturação territorial-produtiva no Brasil contemporâneo – com foco na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em especial na sua fração do extremo oeste – , partindo-se do pressuposto que as mudanças industriais merecem um exame minucioso da adoção dos fundamentos do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: ecologia política, reestruturação territorial-produtiva, desenvolvimento sustentável, geografia econômica, Extremo Oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

GT 13 – Produção e reprodução do espaço urbano – teoria e prática

INTRODUÇÃO

No Brasil, onde os cotidianos impactos ambientais da industrialização e da urbanização em seu território têm se intensificado, a ecologia política tem se revelado um importante campo do pensamento crítico e da ação política sobre as relações sociedade-natureza. Desde a década de 1970, o processo de reestruturação territorial-produtiva tem promovido mudanças nos

estoques e no tempo das mercadorias, a flexibilidade do trabalho fabril e o espriamento das indústrias para além dos centros metropolitanos. Além da progressiva adequação ao neoliberalismo econômico, uma importante mudança do novo modelo produtivo é a adoção da concepção de desenvolvimento sustentável, ainda que de forma seletiva e com resultados insuficientes (OLIVEIRA, Leandro, 2019). O objetivo deste trabalho é verificar a dimensão ambiental do processo de reestruturação territorial-produtiva nas periferias metropolitanas do Brasil contemporâneo, partindo-se do pressuposto que as mudanças industriais merecem um exame minucioso da adoção dos fundamentos do desenvolvimento sustentável. Refletir sobre a ecologia política da industrialização, o debate geopolítico e geoeconômico sobre a concepção de desenvolvimento sustentável e a agenda política acerca do meio ambiente no Brasil também são objetivos desta investigação.

Empiricamente, mesmo sem abdicar de uma interpretação do Brasil, privilegiaremos a análise da periferia metropolitana do Rio de Janeiro. Assim, são objetivos específicos: [i] compreender, teórica e empiricamente, o processo de industrialização das periferias metropolitanas, sistematizando tanto o pacote produtivo que se constitui territorialmente com a instalação e dinamização de plantas fabris, criação de condomínios e distritos industriais e implementação de estruturas logísticas e de fluidez econômica quanto articulando, teórica e empiricamente, a concepção de periferia metropolitana; e [ii] investigar, junto aos principais empreendimentos e atores dos grandes projetos de investimento da periferia metropolitana do Rio de Janeiro, a adoção dos pressupostos da flexibilidade produtiva, do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade socioambiental para com o entorno.

Para aprofundamento, sugere-se consultar, também de nossa autoria: “*Geografia econômica, ecologia política e industrialização periférica: agendas de investigação*”, contido no livro “*Geografias Periféricas*” [FIORI et.al., Rio de Janeiro, Letra 1, 2022] e “*Ecologia política, reestruturação territorial-produtiva e desenvolvimento sustentável no Brasil: lições do extremo oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro*” [*Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica*, 19, 2020], textos que foram compilados e sintetizados para fundamentar este *paper* de debate. Reforça-se também que o conjunto de reflexões aqui realizado é fruto do projeto intitulado “*Ecologia política, reestruturação territorial-produtiva e desenvolvimento sustentável na periferia metropolitana do Rio de Janeiro (Brasil)*”, referente

a nossa Bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ-2) do CNPq e que também recebe auxílio em formato de bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC-CNPq).

ECOLOGIA POLÍTICA, MODERNIZAÇÃO PRODUTIVA E INDUSTRIALIZAÇÃO PERIFÉRICA

Modernização é um projeto feito a partir de uma ideologia desenvolvimentista, do progresso e da racionalidade (CASTILHO, 2010, p. 129). David Harvey entende que a última é o capitalismo em ação por meio de suas classes hegemônicas, num processo de expansão e territorialização pelos lugares (HARVEY, 2004 [1989]; CASTILHO, 2014). A modernização, especialmente quando enfatizamos sua face produtiva, se confunde com o próprio espraiamento do modelo capitalista-industrial.

A industrialização seria, portanto, peça-chave no processo de modernização. Lisandra Lamoso (2020) destaca o quanto a indústria é “o motor do desenvolvimento econômico”, por causa dos “efeitos encadeadores que define para a agricultura e para os serviços”, dos “efeitos multiplicadores para toda economia”, e “por ser diretamente responsável pelo desenvolvimento tecnológico, pelo avanço do progresso técnico e seu espraiamento na melhoria das condições de vida da sociedade”. A industrialização da produção transforma conhecimento científico em tecnologia, cria ambientes humanos, acelera o ritmo da vida, mas gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes (BERMAN, 1986 [1982]). Industrialização, assim como modernização, progresso e desenvolvimento, carrega o signo ideológico da promessa virtuosa de uma sociedade melhor.

Modernização produtiva e industrialização são termos muito caros quando analisados à luz da Geografia. São conceitos visceralmente espaciais, que remetem diretamente a um projeto hegemônico-territorial, que combina o espraiamento do fenômeno técnico pela superfície terrestre e o domínio da natureza enquanto matéria-prima. Quando falamos de industrialização num país como o Brasil, uma verdadeira nação-feitoria desde sua origem e cujos veios técnicos

serviram muito mais para carrear natureza para o exterior do que qualquer outra motivação, rapidamente vinculamos a uma *ritmação* do território pelo capital. Como processo territorial, a industrialização tem grande potência interpretativa; um debate que não incorpore o fenômeno espacial e os seus rebatimentos na terra-território serão, em nosso entendimento, insuficientes para entendermos o processo em sua plenitude.

A industrialização atual ocorre sob os auspícios da flexibilidade produtiva, que não pode deixar de ser combinada ao nascituro, evolução e aprimoramento do neoliberalismo econômico (HARVEY, 2004 [1989]; Floriano de OLIVEIRA, 2008). A flexibilidade produtiva cria uma série de mudanças no chão-de-fábrica e seu entorno, de maneira que impele o rompimento da indústria com a rigidez e coplanejamento fordista do urbano. Num mundo globalizado de tempos mundiais e realidades virtuais e sem vilas operárias e estruturas da cidade ajustadas pelo relógio da fábrica, o capital engrena uma marcha veloz e força os trabalhadores a se tornarem responsáveis pelo enfrentamento do tempo. A fábrica flexível evoca uma nova relação com o espaço, comprimindo-o e tornando-o mais acelerado, fazendo com que a pressa se torne a marca da nossa geração.

Tal processo ainda exige um maior número de exames a partir das realidades do Sul Global. É uma lacuna em processo de preenchimento gradativo, porém ainda lento, a interpretação da flexibilidade produtiva nas periferias do mundo. A industrialização periférica, conceito cuja inspiração é a obra de Celso Furtado (1976; 2000 [1980]), sob os moldes da produção flexível, está longe de ser a mera replicação do modelo existente nos países centrais. Aliás, Celso Furtado reforçou que a industrialização periférica se orientou não para formação de um sistema econômico nacional, mas para a integração na divisão internacional do trabalho, num “desenvolvimento para fora” (FURTADO, 1976), de maneira que fortaleceu a estrutura social pré-existente, promovendo a reprodução da mão-de-obra num quadro de economia de subsistência. A industrialização periférica, segundo o mesmo autor (FURTADO, 2000 [1980]), é realizada especialmente por indústrias ligadas ao setor primário-exportador, complementares das importações e aquelas específicas de bens perecíveis, com especificidades de transporte ou mesmo semiartesanais, reparadoras e do setor de construção. Eis o desafio: *como pensar tais observações sob a ordem da produção flexível?*

Acreditamos que a noção de industrialização periférica deva ser pensada em suas múltiplas escalaridades: se há uma periferia-mundo, também há periferias nacionais, regionais, urbanas e metropolitanas, e ainda as *periferias das periferias* urbano-metropolitanas. Nossas investigações elegeram o espaço metropolitano do Rio de Janeiro como empírico privilegiado: essa periferia metropolitana é bastante complexa sob lentes políticas, econômicas, sociais, culturais e geográficas e muitas vezes esquecida e invisibilizada.

A transição do fordismo para um suposto modelo flexível no Brasil e no mundo apresenta porosidades, conexões, limites e recrudescimentos factíveis que impedem vaticinar uma mudança profunda no padrão industrial brasileiro. Contudo, são incontestáveis novas práticas do modelo com grande diapasão espacial, como as relações neoliberalizadas com os trabalhadores empregados e com o poder público e a adoção paradigmática do desenvolvimento sustentável nas engrenagens fabris. Se o desenvolvimento sustentável é fruto de uma operação geopolítica, indubitavelmente pertence ao espólio das mudanças produtivas no século XX e está contido nas engrenagens da inovação do universo da fábrica.

A adoção do desenvolvimento sustentável não rompeu com o modelo civilizatório industrial, consumista, de constante descarte e destruidor das riquezas naturais estigmatizadas como recursos e mercadorias. Isto ocorreu porque sua adoção: [i] é peremptoriamente tecnológica [ii] está sendo realizada pelas mesmas grandes corporações sob renovação de seus ferramentais produtivos, e [iii] é fruto de interesses eminentemente, quando não exclusivamente, econômicos. Como tudo isso é eclipsado pela robusta ideia de “proteção da natureza”, todo o investimento na maquinaria industrial é celebrado como uma ação virtuosa de reversão das mazelas ecológicas.

É notório que a mesma fração de capital que financia a produção energia alternativa, por exemplo, é a das grandes corporações de energia fóssil e, conseqüentemente, as engrenagens do processo permanecem fincadas num modelo extrativo violento e impactante; portanto, para se produzir energia solar, eólica ou biomassa, toda a infraestrutura física, a maquinaria empregada e os encadeamentos de distribuição e logística são compostos de silício, polímeros, prata, cobalto, ferro, carvão, níquel, cobre, concreto, lítio, lata, cádmio, chumbo, disprósio, cloro, petróleo e muitos outros elementos cuja extração e produção é causadora de grandes impactos ambientais (OLIVEIRA, Leandro, 2020). Para além da definição vaga

contida no documento *Our Common Future* (1987) e celebrada na *Agenda 21* (1992), a adoção do modelo é um importante ajuste econômico-produtivo da reestruturação em curso.

ECOLOGIA POLÍTICA E INDUSTRIALIZAÇÃO NA PERIFERIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

O espaço metropolitano do Rio de Janeiro apresenta, em nosso entendimento, três vetores principais de conexões econômicas e logísticas: [i] o primeiro vetor é o extremo oeste da região metropolitana do Rio de Janeiro, que inclui as cidades de Seropédica, Japeri, Queimados e Paracambi e o complexo industrial Itaguaí-Santa Cruz, sub-região que privilegiaremos nessa análise; [ii] o segundo vetor é o Polo GasLub Itaboraí, nova denominação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), localizado na parte leste da região metropolitana do Rio de Janeiro (Grande Niterói) e que integra rodovias, um porto específico e outras estruturas produtivas, especialmente nas cidades de Itaboraí, São Gonçalo e Maricá (OLIVEIRA, Floriano, 2018; CANDIDO, 2019); [iii] o terceiro vetor é o polo de desenvolvimento da Refinaria Duque de Caxias (Reduc-Petrobrás), situada no eixo da BR-040 na cidade de Duque de Caxias e que vive um processo de redinamização econômica, com o surgimento de novos empreendimentos, como o polo moveleiro e a implantação de galpões logísticos (RODRIGUES, 2019). Todos os três vetores – a norte, a leste e a oeste – estão conectados pelo Arco Rodoviário Metropolitano e representam as forças centrípetas e centrífugas do espaço metropolitano fluminense.

O Extremo Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro – que aqui será privilegiado, pelos limites do debate proposto – ambicionava integrar cadeias produtivas de todo o estado, do setor metal-mecânico do Médio Vale Paraíba Fluminense aos encadeamentos petrolíferos da Bacia de Campos. Para além das raízes industriais da região, ciente que tanto o distrito industrial de Queimados quanto os quatro distritos da Zona Oeste do Rio de Janeiro – a saber, Palmares, Santa Cruz, Paciência e Campo Grande – são cinquentenários e o próprio bairro de Santa Cruz tem histórico industrial, as mudanças recentes revelavam que a industrialização ganhava força como uma lógica espacial bastante específica nesse recorte regional.

O que aproximou Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Queimados e Japeri foi o trunfo territorial produtivo-logístico. São cidades com histórias diferentes: Itaguaí pertence historicamente ao bloco regional da Costa Verde; Seropédica foi emancipada de Itaguaí apenas em 1995; Paracambi é uma cidade formada pela integração de partes emancipadas dos municípios de Vassouras e Itaguaí, no ano de 1960; por sua vez, Queimados e Japeri possuem histórias mais próximas à Baixada Fluminense *strictu sensu*, emancipadas de Nova Iguaçu respectivamente em 1990 e 1991. Todavia, em comum, são cidades integradas à Região Metropolitana, que vivem um misto de uma espécie de acumulação por despossessão, com o aproveitamento das reservas de terras nas periferias urbanas fluminenses e a chegada de novas indústrias e modernas instalações de armazenamento fabril e traslado de produtos (OLIVEIRA, Leandro, 2015). Assim, o Extremo Oeste Metropolitano Fluminense, formado pelas cidades de Itaguaí, Seropédica, Japeri, Queimados e Paracambi, com urbanização menos densificada e que vive um recente processo de reestruturação territorial-produtiva (OLIVEIRA, Leandro, 2015, 2020a; FORTES, OLIVEIRA, SOUSA, 2020; OLIVEIRA, Floriano, OLIVEIRA, Leandro, 2020).

Nesse item, a oportunidade de visitar os empreendimentos auxiliou a esclarecer as características dessa nova geografia da indústria metropolitana. Investigações com o nosso estímulo acerca dos empreendimentos recém instalados, como a Central de Tratamento de Resíduos Santa Rosa (AFFONSO-PENNA, 2014) e a unidade Brasilit Saint-Gobain (SANTOS, Matheus, 2019), ambas em Seropédica, e da chegada da Companhia Siderúrgica do Atlântico [antes Thyssen Krup, atual Ternium], em Santa Cruz, no limite com Itaguaí; da redinamização do complexo portuário de Itaguaí (CHAGAS, 2015 e 2017) e do distrito industrial de Queimados (MORAES, 2014; PINHO, 2020); da adoção propagandística da sustentabilidade pela administração municipal de Seropédica (MENDONÇA, 2019); e ainda de atividades industriais vizinhas e diretamente relacionadas ao nosso recorte de pesquisa, como aquelas realizadas na unidade da AMBEV Cervejaria Rio de Janeiro, na antiga Estrada Rio-São Paulo, no limite do bairro Campo Grande, Rio de Janeiro (SANT'ANNA, 2019), permitiram a verificação da importância fulcral da privilegiada localização geográfica entre os maiores centros metropolitanos do país e da capacidade logística pela proximidade de rodovias como a Rodovia Presidente Dutra (BR-116), a Rio-Santos e a Avenida Brasil (ambos trechos da BR-101) e especialmente do Arco Rodoviário Metropolitano (BR-493/RJ-109). Próximos a tais

eixos de rodagem, são nos arruamentos secundários os locais propícios para a instalação de novos empreendimentos, como a supracitada unidade da Brasilit Saint-Gobain e a recém-instalada filial do Grupo Perdigão-Sadia, cujo endereço é a modesta estrada Santa Alice, localizada em Seropédica, até então com pequenas propriedades agrícolas e invisível aos olhos da metrópole. Se pelo volume de capitais mobilizados, o Extremo Oeste Metropolitano Fluminense não pode simplesmente ser enquadrado, no tempo presente, como periferia, grande parte de seus habitantes se conformam, indiscutivelmente, como populações periferizadas.

As cidades do extremo oeste da região metropolitana se consolidaram como espaços de injustiças ambientais, zonas de sacrifício ou paraísos de poluição. Assim como o posteamento alimentado por energia solar no Arco Rodoviário Metropolitano se revelou ineficaz, a instalação de novos condomínios e distritos industriais afetaram espaços verdes e rurais e a ampliação do complexo portuário de Itaguaí impactou violentamente a comunidade de pescadores da Ilha da Madeira.

Nesta ecologia política da industrialização, é possível tensionar algumas lições acerca da adoção do desenvolvimento sustentável no Extremo Oeste Metropolitano Fluminense (OLIVEIRA, 2020):

- Tão importantes quanto as mudanças oriundas da reestruturação produtiva, desde a renovação do parque industrial, as alterações no formato das plantas fabris e até os estoques e estilos de mercadorias produzidas, tem sido a adoção, ainda que seletiva e por vezes mais propagandística que concreta, dos pressupostos do desenvolvimento sustentável nos novos investimentos produtivo-logísticos. As telhas de fibrocimento produzidas na unidade do grupo Brasilit-Saint Gobain Seropédica, a série de medidas ambientais atinentes ao complexo portuário de Itaguaí, como o monitoramento da qualidade do ar, da fauna terrestre e subaquática e gerenciamento de resíduos e efluentes, a gestão ambiental e energética e o reuso da água nas atividades da Ternium/Companhia Siderúrgica do Atlântico, a construção da sustentabilidade por meio do receituário do Green Building Council na unidade logística Golgi Seropédica são exemplos da implementação do desenvolvimento sustentável;

- Como se trata de cidades situadas nos limites oficiais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, apresentam características significativamente rurais, sendo comuns a existência de áreas verdes, pequenos sítios e fazendas e produções agrícolas familiares. Em tempos de reestruturação territorial-produtiva, as plantas fabris abdicam dos núcleos metropolitanos, mais caros, de mobilidade truncada e com maior visibilidade das ações de exploração do trabalho e obliteração da natureza, e aportam nos espaços periféricos sob a promessa da adequação aos ditames do desenvolvimento sustentável, mas se instalam em áreas agrícolas e afetam as propriedades dos pequenos agricultores do entorno;
- A sustentabilidade apresenta grande maleabilidade interpretativa, conceitual e prática. O CTR Santa Rosa (Centro de Tratamento de Resíduos) se arroga sustentável porque produz biogás e atende aos requisitos básicos para ser considerado um depósito de lixo ambientalmente correto. Sob esta interpretação, tornam-se menores, portanto, os possíveis impactos de um aterro sanitário situado sobre o aquífero Piranema, da contaminação dos cursos d'água vizinhos por chorume ou do mau cheiro que atinge a comunidade vizinha do bairro Chaperó (PEREIRA, 2017).
- A captação das águas da chuva, a instalação de lâmpadas menos voláteis e menos impactantes no meio ambiente, a substituição dos materiais mais poluentes por novas tecnologias e mesmo utilização dos cânones da arquitetura ecologicamente correta se consolidaram como regras, como o modelo sustentável se consolidando como norma mesmo nas fabricações das próprias indústrias de base, da construção civil e dos maquinários para a demais indústrias. A construção do desenvolvimento sustentável pertence ao campo da inovação e tecnologia, e não tem sido nas cidades do extremo oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro o local onde são formulados e disponibilizados estes itens;
- O avanço na agenda do desenvolvimento sustentável no universo produtivo não tem impedido que as periferias metropolitanas se tornem espaços privilegiados de contaminação ambiental. Tanto a Baía quanto a Baixada de Sepetiba se consolidaram como verdadeiros paraísos de poluição (ACSELRAD, 2004; PLÁCIDO,

GUIMARÃES, NEFFA, 2015), zona de sacrifício (VIÉGAS, 2006; IKEDA JUNIOR, 2018; entre outros) e área de injustiças ambientais (ALCANTARA, 2016), de forma que a construção do desenvolvimento sustentável não é, neste sentido, um processo coletivo, dialógico, democrático e capaz de mobilizar diferentes sujeitos em sua construção.

- O atropelo dos estudos de impacto ambiental e relatórios de impacto sobre o meio ambiente permitiu que prédios logísticos e industriais fossem construídos e iniciassem suas operações mesmo sem uma liberação definitiva no que se refere ao meio ambiente. Não há qualquer área de amortecimento para a Floresta Nacional Mário Xavier, em Seropédica (SOUZA, 2017), que assiste o aumento de unidades produtivas e de outros usos em seu entorno. As áreas de proteção ambiental se tornaram lugares propícios para a instalação de novas plantas produtivas logísticas, pois a vizinhança urbana e a proximidade de populações periféricas e indesejadas é substituída por belas paisagens bucólicas e verdes;
- A compensação ambiental tornou-se um alibi para que os investimentos ambientais passassem a ser pré-determinados pela empresa, que tanto começou a reservar pequenos espaços verdes em seus limites e sob sua gestão quanto por vezes determinou o foco dos seus investimentos ambientais. *Não são as empresas que protegem as áreas verdes, mas as áreas verdes que protegem as empresas*: as áreas de proteção ambiental se tornaram muros importantes para os empreendimentos nas cidades do Extremo Oeste Metropolitano;
- A construção do desenvolvimento sustentável se mostra incapaz de solucionar, seja por parte do poder público, seja por parte das novas empresas, os passivos ambientais, como a necessária descontaminação do terreno onde funcionou a Companhia Ingá Mercantil, em Itaguaí, afetada por metais pesados, ou enfrentar o espólio negativo das violentas extrações minerais em diferentes bairros de Seropédica, que não são contemplados com uma nova política de adequação ambiental. Não obstante, se a sustentabilidade é seletiva, tanto o poder público quanto a esfera privada operam elegendo como alvos que consideram mais conveniente politicamente ou lucrativo para adequar. E mesmo com todo esse passivo ambiental, a Administração Municipal de Seropédica adotou o lema

de “Cidade Sustentável” entre 2013 e 2016, num verdadeiro acinte teórico, empírico e político mesmo para os críticos do termo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste *paper* é promover um debate sobre o tema, a partir de nossas pesquisas em curso e alguns materiais anteriormente publicados. Há ainda uma agenda de investigações a ser empreendida, que envolve a melhor avaliação das flexibilizações produtivas em curso, para além da dicotomização simples entre modelos fechados; a constante interpretação da questão ambiental contemporânea e a própria insustentabilidade de um sistema econômico baseado em bens oligárquicos (ALTVATER, 1995 [1992]; 2010 [2005]); e a verificação do complexo fenômeno de expansão da metrópole. E, em tempos de retrocesso na agenda ecológica, em meio à emergente irracionalidade econômico-ambiental no país, é possível que o desenvolvimento sustentável se fortaleça como concepção *avante garde* e se reabilite como fórmula de proteção da natureza (OLIVEIRA, Leandro, 2019b).

REFERÊNCIAS-BASE

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Ecologia política, reestruturação territorial-produtiva e desenvolvimento sustentável no Brasil: lições do extremo oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Espaço e Economia**: Revista Brasileira de Geografia Econômica, ano IX, n. 19, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/16203>. Acesso em: 14 de março de 2022.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Geografia econômica, ecologia política e industrialização periférica: agendas de investigação”. In: FIORI, Sergio et. al. **Geografias Periféricas**. Rio de Janeiro, Letra 1, 2022. [No prelo]

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- AFFONSO-PENNA, Maria Fernanda. **A sustentabilidade da CTR – Central de Tratamento de Resíduos: Impactos Sociais e Ambientais em Seropédica**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.
- ALCANTARA, Denise de. Conflitos socioambientais e o periurbano em Seropédica na Baixada de Sepetiba: nós nas redes, redes sem nós. **Recôncavo: Revista de História da UNIABEU**, v. 6, p. 28-48, 2016. Disponível em: <https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/reconcavo/view/2564/pdf>. Acesso em: 11 de agosto de 2020.
- ALTVATER, Elmar. **O fim do capitalismo como o conhecemos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 [2005].
- ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 1995 [1992].
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986 (1982).
- BRUNDTLAND, Gro Harlem. Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – 1988. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- CASTILHO, Dênis. Os sentidos da modernização. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 30, n. 2, p. 125-140, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/1441/1/13802-54838-1-PB.pdf>. Acesso em: 19 de março de 2022.
- . **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. 2014. 224 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.
- CHAGAS, Guilherme Mapelli. **O processo de reestruturação territorial-produtiva no Extremo Oeste Metropolitano Fluminense: o caso de Itaguaí**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015.

- CHAGAS, Guilherme Mapelli. **A reestruturação territorial-produtiva de Itaguaí - RJ:** Ascensão e crise de uma cidade símbolo do Novo Desenvolvimentismo Fluminense. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017.
- CONFERÊNCIA das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Agenda 21.** Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.
- FORTES, Alexandre Fortes; OLIVEIRA, Leandro Dias de; SOUSA, Gustavo Mota de. A COVID-19 na Baixada Fluminense: Colapso e apreensão a partir da periferia metropolitana do Rio de Janeiro. **Espaço e Economia** [Online], 18, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/13591>. DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.13591>. Acesso em: 15 de agosto de 2020.
- FURTADO, Celso. **Prefácio a uma Nova Economia Política**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- . **Introdução ao desenvolvimento:** enfoque histórico-estrutural. 3.^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000 (1980).
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2004 [1989].
- IKEDA JUNIOR, Riyuzo. Zona de sacrifício ambiental: O caso da Baía de Sepetiba – RJ. **Revista Política e Planejamento Regional** – Rio de Janeiro – vol. 5, nº 3, setembro a dezembro de 2018, p. 359-380. Disponível em: <http://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/Zona-de-Sacrificio-Ambiental-o-caso-da-Baia-de-Sepetiba.pdf>. Acesso em: 12 de agosto de 2020.
- LAMOSO, Lisandra Pereira. Reprimarização no território brasileiro. **Espaço e Economia:** Revista Brasileira de Geografia Econômica, ano IX, n. 19, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/15957>. Acesso em: 14 de março de 2022.
- MENDONÇA, Letícia Mello de. O conceito de desenvolvimento sustentável: ressignificação pela lógica de acumulação de capital e suas práticas. **Espaço e Economia** [Online], 15, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/7674>. DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.7674>. Acesso em: 14 de agosto de 2020.
- MORAES, Marcelo Loura de. **A Baixada Fluminense respira os ares do progresso:** Um estudo do Distrito Industrial de Queimados - RJ. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.

OLIVEIRA, Floriano J. Godinho (2008). **Reestruturação produtiva, território e poder no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Editora Garamond / Faperj, 2008.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho de; OLIVEIRA, Leandro Dias de. Espaço metropolitano, regionalização da economia e reestruturação produtiva no estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Cuyonomics. Investigaciones En Economía Regional**, 3(5), 39-65, 2020. Disponível em: <http://revistas.uncu.edu.ar/ojs/index.php/cuyonomics/article/view/3601>. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A emersão da região logístico-industrial do Extremo Oeste Metropolitano fluminense: reflexões sobre o processo contemporâneo de reestruturação territorial-produtiva. **Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica**, n.7, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/1814>; DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.1814>. Acesso em: 08 de agosto de 2020.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. **Geopolítica Ambiental: A construção ideológica do Desenvolvimento Sustentável [1945-1992]**. Rio de Janeiro: Autografia, 2019a. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344349857_Geopolitica_Ambiental_A_construcao_ideologica_do_Developolvimento_Sustentavel_1945-1992. Acesso em: 20 de maio de 2022.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Desenvolvimento ilimitado? A questão ambiental contemporânea sob a ótica da geografia econômica. In: OLIVEIRA, Floriano José Godinho de; OLIVEIRA, Leandro Dias de; TUNES, Regina Helena; PESSANHA, Roberto Moraes (Orgs.). **Espaço e economia: geografia econômica e a economia política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019b.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Para além da capital: os eixos geográficos de dispersão da pandemia no estado do Rio de Janeiro. **OpenLab / PPGIHD-UFRRJ**, 2020. Disponível em: <https://www.ppgihd-open-lab.com/post/para-al%C3%A9m-da-capital>. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

PEREIRA, Tatiana Cotta Gonçalves. Política Nacional de Resíduos Sólidos e um caso de injustiça ambiental como seu efeito socioespacial: a construção do aterro sanitário em Seropédica. In: **XVII ENANPUR, 2017**, São Paulo. Anais do XVII ENANPUR, 2017.

PINHO, Miguel Alexandre do Espírito Santo. Do crescimento exponencial ao declínio: elementos para analisar a reestruturação regional e a cidade de Queimados. In: ROCHA, André

Santos da (Org.). **Baixada Fluminense**: estudos contemporâneos e (re)descobertas histórico-geográficas. Duque de Caxias: ASAMIH, 2020.

PLÁCIDO, Patrícia de Oliveira; GUIMARÃES, Mauro Guimarães ; NEFFA, Elza Maria Vieira de Castro. O território de Itaguaí como uma “zona de sacrifício” ou “paraíso de poluição”. Anais do **V Seminário de Justiça Ambiental, Igualdade Racial e Educação**. UNIGRANRIO, UERJ, IFRJ, dezembro de 2015. Disponível em: http://www.nuredam.com.br/files/artigos/anais_congressos/O%20territorio%20de%20Itaguai-RJ%20como%20zona%20de%20sacrificio%20ou%20paraíso%20de%20poluicao.pdf. Acesso em: 06 de agosto de 2020.

RODRIGUES, André Luiz Teodoro. Duque de Caxias e Rodovia Washington Luís (BR-040): uma perspectiva dual sobre a temática econômica, histórica e política do município. **Espaço e Economia [Online]**, 15, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/7245>; DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.7245>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

SANT'ANNA, Beatriz do Nascimento. **Acumulação Flexível em questão**: uma análise a partir da Ambev Cervejaria Rio de Janeiro, Campo Grande (Rio de Janeiro - RJ). Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019.

SANTOS, Matheus Gomes dos. **A reestruturação territorial-produtiva da cidade de Seropédica – RJ**: Estudo de caso sobre a chegada da unidade Brasilit Saint-Gobain. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019.

SOUZA, Ricardo Luiz Nogueira de. **Entre a reestruturação da Mata Atlântica e os conflitos ambientais**: subsídio ao zoneamento ambiental da Floresta Mário Xavier, Seropédica / RJ. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017.

VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. Desigualdade Ambiental e “Zonas de Sacrifício”. In: IPPUR/UFRJ/FASE. **Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2006 [cd-rom].